

RESUMO - ARQUITETURA

“VIVEMOS COM MEDO”: CONFLITOS E VULNERABILIZAÇÕES DIANTE DO RISCO DE ROMPIMENTO DA BARRAGEM DOUTOR - OURO PRETO/MG

Gabriel Mateus Silva Leite (gabrielmsleite8@gmail.com)

O distrito de Antônio Pereira, localizado a 16 km do centro de Ouro Preto (MG), integra uma região de significativa relevância natural, histórica e arqueológica. Apesar disso, sua população vive sob constante ameaça decorrente da atividade minerária. Após ser afetado pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (2015), o distrito passou a conviver também com o risco associado à Barragem Doutor, pertencente ao complexo da Mina de Timbopeba, da Vale S.A. A estrutura, construída pelo método de alteamento a montante e contendo cerca de 35,8 milhões de metros cúbicos de rejeitos, teve suas operações suspensas em 2019 e entrou em processo de descaracterização, reacendendo conflitos e inseguranças locais. O presente trabalho tem como objetivo analisar os impactos socioambientais e territoriais decorrentes do risco de rompimento e das obras de descaracterização da Barragem Doutor em Antônio Pereira, com ênfase nos deslocamentos compulsórios, transformações socioterritoriais, desestruturação comunitária e violação do direito à moradia. A pesquisa baseou-se em levantamento bibliográfico, análise documental de relatórios técnicos e matérias jornalísticas, além de observação de campo. Por meio de visitas ao território, associadas à pesquisa documental, foram registradas as condições de infraestrutura, uso e ocupação, bem como os efeitos do deslocamento compulsório e da

desvalorização imobiliária. O estudo identificou um cenário de desterritorialização e vulnerabilização social acentuada. A elevação do nível de emergência da barragem em 2020 provocou a evacuação de diversas famílias da Zona de Autossalvamento (ZAS), enquanto outras permaneceram em áreas adjacentes, convivendo com a incerteza e o medo constantes de um possível rompimento. Parte das casas desocupadas foi abandonada, tornando-se foco de furtos, degradação e risco sanitário. Os moradores remanescentes relataram sensação de insegurança, especialmente entre as mulheres, diante da presença de trabalhadores externos e do esvaziamento das ruas. Além das perdas materiais, observou-se a fragmentação das redes de sociabilidade e o enfraquecimento dos vínculos comunitários. O comércio local sofreu expressiva redução nas vendas, e há relatos de desvalorização imobiliária, ao mesmo tempo em que o custo de vida aumentou, impulsionado pela alta demanda habitacional de famílias removidas e trabalhadores das obras. A precarização da infraestrutura, o fechamento de escolas e a destruição de espaços de lazer agravaram o sentimento de abandono entre os moradores. O deslocamento compulsório revelou-se mais do que físico, afetando dimensões simbólicas e identitárias, configurando uma violação estrutural do direito à moradia e à permanência territorial. O caso de Antônio Pereira evidencia as contradições das políticas de gestão de risco e reparação em contextos minerários. A combinação entre insegurança permanente, desestruturação social e ausência de respostas institucionais efetivas configura um quadro de injustiça socioambiental e desterritorialização prolongada. Tal realidade reflete um padrão estrutural de violação de direitos em Minas Gerais, no qual o discurso da segurança e da reparação é frequentemente instrumentalizado pelas mineradoras para legitimar processos de expropriação, despossessão e controle territorial. A análise reforça a necessidade de reconhecer o direito à moradia como dimensão indissociável da dignidade, da autonomia e do pertencimento comunitário, fundamentais para a efetivação da justiça socioambiental e da reparação integral.

Palavras-chave: deslocamento compulsório; mineração; barragens de rejeitos; direito à moradia.